



340

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0005379-83.2014.8.17.0000 (0336041-0)

COMARCA: ALIANÇA

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ADAILTON RAULINO VICENTE DA SILVA

PACIENTE: GILBERTO MINERVINO DA SILVA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCONTI DE ALBUQUERQUE  
NETO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS  
CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CUSTÓDIA  
CAUTELAR. FUNDAMENTOS DA PREVENTIVA.  
ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL  
DECORRENTE DE EXCESSO DE PRAZO PARA  
CONCLUSÃO DO FEITO. IMPROCEDÊNCIA.  
INEXISTENCIA DE DESÍDIA ESTATAL. PROCESSO  
EM SUA REGULAR TRAMITAÇÃO.  
CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO  
EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

1. Em sessão realizada no dia 26/02/2014, ao julgar o *Habeas Corpus* de nº 0324799-0 vinculado à mesma ação penal de nº 0000726-47.2013.8.17.0170, este Egrégio Tribunal já proferiu acórdão no sentido não conhecer o pleito do impetrante quanto a revogação da prisão preventiva decretada pelo juízo *a quo*, haja vista, tratar-se de reiteração de pedido.

- 341
2. Sabe-se que a concessão da ordem de *Habeas Corpus* em razão de excesso de prazo é medida revestida de total excepcionalidade, somente autorizada quando constatada a existência de medidas protelatórias suscitadas pela acusação, ou diante da inércia do juízo *a quo* incumbido do processamento do feito.
  3. No presente caso não se verifica nos autos situação que configure o alegado constrangimento ilegal, em razão da ocorrência de excesso de prazo para a conclusão do feito por desídia do juízo criminal que, aliás, pelo teor do despacho de fl. 320, busca impor maior celeridade ao processo crime em comento.
  4. Com efeito, os prazos, em processo penal, não são peremptórios, podendo ser dilatados em face de determinadas peculiaridades, e desde que nos limites da razoabilidade.
  5. Ordem denegada à unanimidade de votos.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0005379-83.2014.8.17.0000 (0336041-0), em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife 7 de 06 de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



342

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0005379-83.2014.8.17.0000 (0336041-0)

COMARCA: ALIANÇA

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ADAILTON RAULINO VICENTE DA SILVA

PACIENTE: GILBERTO MINERVINO DA SILVA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCONTI DE ALBUQUERQUE  
NETO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

**RELATÓRIO**

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de concessão de liminar, impetrado pelo advogado Adailton Raulino Vicente da Silva, em favor de **GILBERTO MINERVINO DA SILVA**, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Aliança /PE.

Consta nos autos que no dia 19/07/2013, por volta das 17h:30min, na Rua da Brasília, casa nº 13, centro, na município de Aliança, o paciente, juntamente com José Luciano da Silva, foram presos em flagrante delito após informes de que estavam comercializando drogas, tendo sido com eles apreendido 06 (seis) "dólares" da substancia entorpecente conhecida por maconha, 10 (dez) pedras de "crack", conforme perícia de fls. 184/186.

343

Por tal conduta, foi imputado ao paciente a prática do fato típico previstos nos artigos 33 e 35 da Lei de nº 11.343/06, encontrando-se preso preventivamente desde 19/07/2013.

Nas razões do presente *writ*, o impetrante afirma que existe um excesso de prazo para a conclusão do feito, pelo fato de que, em que pese tenha sido realizada a audiência de instrução e julgamento, encontra-se o processo por mais de 07 (sete) meses, aguardando a confecção do laudo toxicológico no denunciado José Luciano da Silva.

Ademais, assevera que não estão presentes no caso os requisitos da preventiva previstos no art. 312 do CPP, bem como afirma que as circunstâncias do caso em comento autorizam a aplicação de medidas cautelares diversas à prisão.

Por tais fundamentos, pugna pela concessão da ordem, revogando-se a prisão preventiva, de modo que cesse o constrangimento ilegal a que estaria sendo submetido o paciente.

Documentos juntados às fls. 24/322.

A concessão da liminar requerida foi indeferida às fls. 329/330, dispensando-se a obtenção de informações da autoridade indigitada coatora.

A douta Procuradoria de Justiça, por intermédio de parecer lançado aos autos nas fls. 335/336, opinou pela denegação da ordem.

#### É O RELATÓRIO.

Recife, 17 de Julho de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima  
Relator



344

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0005379-83.2014.8.17.0000 (0336041-0)

COMARCA: ALIANÇA

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: ADAILTON RAULINO VICENTE DA SILVA

PACIENTE: GILBERTO MINERVINO DA SILVA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MANOEL CAVALCONTI DE ALBUQUERQUE  
NETO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

**VOTO**

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de concessão de liminar, impetrado em favor de GILBERTO MINERVINO DA SILVA, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Aliança /PE.

345

Consoante o relatado, no dia 19/07/2013, o paciente, juntamente com José Luciano da Silva, foram presos em flagrante delito após informes de que estavam comercializando drogas, tendo sido com eles apreendido 06 (seis) "dólares" da substancia entorpecente conhecida por maconha, 10 (dez) pedras de "crack", conforme perícia de fls. 184/186.

Por tal conduta, foi imputado ao paciente a prática do fato típico previstos nos artigos 33 e 35 da Lei de nº 11.343/06, encontrando-se preso preventivamente desde 19/07/2013.

Nas razões do presente *writ*, o impetrante afirma que existe um excesso de prazo para a conclusão do feito, bem como que não se fazem presentes no caso a os requisitos necessários à custódia preventiva do paciente, asseverando, ainda, autorizar o caso em comento a aplicação de medidas cautelares diversas à prisão

Por tais motivos, requer a concessão da ordem, de modo que cesse o constrangimento ilegal a que estaria sendo submetido o paciente.

Tenho, porém, que não merece acolhida o pleito do impetrante.

De início, registro que em sessão realizada no dia 26/02/2014, ao julgar o *Habeas Corpus* de nº 0324799-0 vinculado à mesma ação penal de nº 0000726-47.2013.8.17.0170, este Egrégio Tribunal proferiu acórdão no sentido não conhecer o pleito do impetrante quanto a revogação da prisão preventiva decretada pelo juízo *a quo*, haja vista, tratar-se de reiteração de pedido.

Por oportuno, veja-se:

"HABEAS CORPUS - Nº 0000294-19.2014.8.17.0000 (0324799-0)

COMARCA: ALIANÇA - VARA: ÚNICA

IMPETRANTE: ADAILTON RAULINO VICENTE DA SILVA

PACIENTE: GILBERTO MINERVINO DA SILVA

(...)

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO, NEGATIVA DE AUTORIA E CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDO REITERATIVO.

346

MATÉRIA JULGADA NO HABEAS CORPUS Nº 315446-5. ORDEM NÃO CONHECIDA. DECISÃO UNÂNIME.

I - Tratando-se de pedido reiterativo, por ter sido objeto do Habeas Corpus nº 315446-5, cuja ordem foi denegada por acórdão já transitado em julgado, não merecem conhecimento as alegações de falta de fundamentação do decreto preventivo, de inexistência de provas contra o Paciente e de que este possui condições pessoais favoráveis à liberdade provisória.

II - Habeas corpus não conhecido. Decisão unânime."

Desta forma, tendo em vista que já foram apreciadas oportunamente as razões da custódia cautelar do denunciado, resta a presente impetração a análise do alegado constrangimento ilegal suportado pelo paciente em virtude de suposto excesso de prazo para a conclusão do feito.

Pois bem, sabe-se que a concessão da ordem de *Habeas Corpus* em razão de excesso de prazo é medida revestida de total excepcionalidade, somente autorizada quando constatada a existência de medidas protelatórias suscitadas pela acusação, ou diante da inércia do juízo *a quo* incumbido do processamento do feito, o que, registre-se, não se verifica na espécie sob análise.

Ora, como bem disse a douta Procuradoria de Justiça, o feito revele-se em tramite regular, inclusive, encontrando-se com a instrução criminal encerrada (fl. 182), o que faria incidir a sumula nº 52 do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

*"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo."*

Com efeito, no que tange ao argumento de excesso de prazo para a realização do exame toxicológico no denunciado José Luciano da Silva, verifica-se que o magistrado *a quo*, por meio de despacho proferido no dia 23/04/2014 (fl. 320), já determinou que o Instituto de Medicina Legal Antonio Persivo Cunha remeta ao juízo impetrado o resultado do exame de dependência química realizado em José Luciano da Silva no prazo de 48h, inclusive, sob pena de crime de desobediência.

Assim, não verifico nos autos situação que configure o alegado constrangimento ilegal, em razão da ocorrência de excesso de prazo para a conclusão do

- 347
- feito por desídia do juízo criminal que, aliás, pelo teor do despacho de fl. 320, busca impor maior celeridade ao processo crime em comento.

De toda maneira, é preciso ressaltar que os prazos no processo penal não são peremptórios, podendo haver uma dilação em virtude de determinadas peculiaridades jurídico-processuais que circundam o feito.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRETENSÃO NÃO FORMULADA PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. CONHECIMENTO PARCIAL DO RECURSO. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. DEMORA JUSTIFICÁVEL DO FEITO. TRAMITAÇÃO COMPREENDIDA COMO REGULAR. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. DATA DESIGNADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 64/STJ.

I - Inviável a apreciação da alegação de ausência dos requisitos da prisão preventiva, porquanto a matéria não foi submetida à análise do Tribunal de origem e, portanto, não abordada no acórdão recorrido, incidindo, na hipótese, supressão de instância, revelando-se, de rigor, o não conhecimento do recurso nesta parte. Precedentes.

II - A eventual ilegalidade da prisão cautelar por excesso de prazo para formação da culpa deve ser analisada de acordo com as peculiaridades do caso concreto, à luz do princípio da razoabilidade, não resultando da simples soma aritmética dos prazos abstratamente previstos na lei processual penal, porquanto tais prazos não são absolutos, mas parâmetros para efetivação do direito à razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CR) e do princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII, da CR), com o afastamento da antecipação executória da sanção penal. Precedentes.

III - O excesso de prazo pela demora na conclusão da instrução criminal somente restará caracterizado quando efetivamente causado pelo Ministério Público ou pelo Juízo Criminal, revelando-se justificável, diante da complexidade da ação penal, quantidade de réus denunciados e necessidade de diligências, expedição de precatórias, dentre outros motivos. Precedentes.

IV - O retardamento provocado pela Defesa corroborou para a não conclusão da instrução criminal no prazo. Incidência do enunciado sumular n. 64/STJ.

V - A instrução processual encontra-se em ritmo razoável, inclusive, já tendo sido designada data próxima para a audiência de instrução e julgamento.

VI - Recurso conhecido em parte e improvido.

(STJ - RHC 41741 / PE RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS 2013/0347153-7; Relator(a): Ministra REGINA HELENA COSTA; Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA; Julgamento 26/11/2013; DJe 02/12/2013)

HC SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ROUBO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU ANULADA. PRISÃO CAUTELAR.



348

**EXCESSO DE PRAZO. SÚMULA 52/STJ. TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.**

"Não se acolhe alegação de excesso de prazo se o feito, aguardando nova sentença de mérito, teve concluída a sua instrução. Incidência da Súm. nº 52 desta Corte" (HC nº 9786/MG, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ de 18/10/1999).

Ademais, a sentença condenatória foi anulada tão-somente porque o Magistrado oficiante não debateu a tese da defesa referente à tentativa de roubo que, se bem sucedida, implicará apenas redução do quantum originalmente aplicado, não elidindo a prática delituosa em si.

Ordem denegada.

(HC 16.887/SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2002, DJ 08/04/2002, p. 243)

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, em consonância com o pronunciamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

**É COMO VOTO.**

Recife, 12 de fev de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima

**Relator**